



CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

**ACTA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ILHA
REALIZADO NO DIA 30 DE MAIO DE 2011**

----- Aos trinta dias do mês de Maio de dois mil e onze, pelas dez horas e vinte e cinco minutos, na Casa das Tias de Nemésio, Praia da Vitória, reuniu o Conselho de Ilha, em reunião ordinária. -----

----- Feita a chamada pelo Presidente da Mesa verificou-se a presença dos seguintes membros: -----

----- António Gabriel Fraga Martins Maio (Presidente do Conselho de Ilha da Terceira), Fernando Sieuve de Menezes (1º Secretário do Conselho de Ilha da Terceira), Ana Rita Meneses Branco (2º Secretário do Conselho de Ilha da Terceira), Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro (Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória), João Luís Sanchez dos Santos (membro da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo), Rui Fernandes Nobre de Castro (membro da Assembleia Municipal da Praia da Vitória), Paulo Simões Ferreira (Presidente da Direcção da Associação Agrícola da Ilha Terceira), Carlos Valadão dos Santos (Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo), Paulo Jorge Silva Ribeiro (membro da Assembleia Municipal da Praia da Vitória), José Manuel Ferreira Pimentel Dias (representante dos Sindicatos – UGT), Verónica Dalila Moules Bettencourt (membro da Assembleia Municipal da Praia da Vitória) e Ricardo Manuel Rodrigues de Barros (Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo). -----

----- Verificou-se a ausência dos seguintes membros: -----

----- António Henrique Toledo Alves (representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo), Vítor Nelson Garcia da Silva (Representante dos Sindicatos - CGTP), Andreia Martins Cardoso da Costa (Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo), Sandro Rebelo Paim (Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo), Cláudia Alexandra Cardoso Martins da Costa (Deputada da Assembleia Legislativa Regional dos Açores), Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha (Deputado da Assembleia Legislativa Regional dos Açores), Berto Messias (Deputado da Assembleia Legislativa Regional dos Açores), António Toste Parreira (Deputado da Assembleia Legislativa Regional dos Açores), José Gaspar (Deputado da Assembleia Legislativa Regional dos Açores), António Ventura (Deputado da Assembleia Legislativa Regional dos Açores), Carla Bertão (Deputada da Assembleia Legislativa Regional dos Açores) e Artur Lima (Deputado da Assembleia Legislativa Regional dos Açores). -----

----- Participou a sua falta à reunião, nos termos do número três do artigo quarenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, Francisco Cardoso Pereira de Oliveira (Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória), Guilherme Ferreira de Melo (representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo) e Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses (Deputado da Assembleia Legislativa Regional dos Açores)-----



CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- Após saudar todos os presentes o **Senhor Presidente da Mesa** fez um apelo para a apreciação de três actas em atraso, uma de Outubro de dois mil e dez, uma de Dezembro de dois mil e dez e outra de Janeiro de dois mil e onze e chamou a atenção para a importância da correcção das mesmas. De seguida deu início à votação da acta de onze de Outubro de dois mil e dez, sendo a mesma aprovada por unanimidade. Em relação à acta de dez de Dezembro do mesmo ano, procedeu-se a uma correcção, na lista de presenças, e procedeu-se à respectiva votação, sendo que a mesma foi aprovada por maioria, com uma abstenção. Por fim procedeu-se à votação da acta de vinte e cinco de Janeiro de dois mil e onze, sendo esta aprovada por maioria, com duas abstenções. -----

----- O **Senhor Conselheiro José Manuel Pimentel Dias** usou da palavra para questionar em que ponto está o assunto da revisão do regime jurídico do Conselho de Ilha.-----

----- O **Senhor Presidente da Mesa** elogiou a referencia à questão e referiu que partilha da mesma dúvida. Respondeu, ainda, que havia feito um apelo, ao Conselheiro Clélio, para que desse uma indicação, através de e-mail, a todos os conselheiros do ponto de situação sobre o assunto, sendo que o mesmo apenas enviou um e-mail a justificar a sua ausência na presente reunião. Mencionou que não tinha nada a acrescentar e que a questão colocada era muito pertinente, acrescentando que o Conselheiro havia sido dos que mais se empenhou na revisão, que deu melhor contributo, inclusive que havia sido um dos que achava que a reunião extraordinária, de Fevereiro, se deveria ter realizado, contribuindo, em muito, para a emissão do parecer. Afirmou ainda que não teve nenhum retorno da Assembleia, nem de nenhum deputado, nem de mais ninguém. -----

----- Ainda o **Senhor Presidente da Mesa** referiu que a única falha existente, tanto da Mesa como da sua pessoa, foi o facto de não ter diligenciado nesse sentido, a não ser a que é conhecida publicamente. Mencionou que esperava, com a ajuda da mesa, voltar ao assunto até porque era um assunto que lhes dizia directamente respeito e que não havia ouvido falar mais no mesmo. Por fim questionou se algum conselheiro teria algo a acrescentar, sobre o assunto, ou mais alguma informação por ele desconhecida, sendo que não houve nada a acrescentar.-----

----- Terminado o Período Antes da Ordem do Dia, às dez horas e quarenta minutos. --

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL Nº 9/2011 – “ESTRUTURA O PARQUE MARINHO DOS AÇORES”

----- O **Senhor Presidente da Mesa** referiu que havia tido a oportunidade de fazer chegar a cada conselheiro a proposta do Decreto Legislativo Regional, entregue pelo governo, e que esperava que tivessem feito a respectiva análise. Lembrou que o objectivo era a emissão de um parecer e que o prazo, para entrega do mesmo, terminava no presente dia. -----

----- De seguida, e como não houve desde logo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** usou, novamente, da palavra para referir que sendo uma matéria técnica e não da



CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

sua área de conhecimento, procurou, através de uma audiência prévia com o Secretário do Ambiente, que lhe esclareceu alguns aspectos técnicos relacionados com a proposta, por isso quando diz que é consensual, diria que a proposta limita-se a transcrever a maior parte das directivas comunitárias relacionadas com o assunto, portanto é bastante técnica, é de protecção das nossas águas marinhas, sendo que a única situação, mais importante para a ilha, tem a ver com o banco D. João de Castro, em que é feita uma salvaguarda, em absoluto, daquela zona, permitindo, efectivamente, algum tipo de actividade, mas não outras, como sendo a pesca, etc. -----

----- O **Senhor Presidente da Mesa** acrescenta que, pelo que lhe foi dito pelo decisor político dessa área, esse terá sido o Decreto mais consensual e menos polémico que terá passado na Assembleia, pelo menos desde que ele é decisor. Referiu, ainda, que é evidente que, depois, na parte do controle do órgão que superintende, haverá sempre as velhas questões de quem manda, de como é que é feita a nomeação, se as representações ou se o número de representantes e a sua qualidade é a indicada ou não, etc. Mencionou que aí poderá haver alguma discordância, mas mesmo assim, parece-lhe, que o que está na proposta foi mais ou menos consensual com os partidos da Assembleia.-----

----- Conclui dizendo que o acima referido foi o que lhe foi dito pelo Secretário Regional sobre a matéria, mas que os senhores Conselheiros poderão ter opiniões e fontes de informação diferentes, relembrando que o objectivo é debater a mesma.-----

----- O **Senhor Conselheiro Fernando Sieuve de Menezes** usou da palavra para referir que também leu o documento e que verificou que o mesmo é muito técnico, que as zonas protegidas que lhe chamaram mais a atenção foram as na envolvimento do Faial, Corvo e o Banco D. João de Castro, que ficou na dúvida se as pessoas do Corvo teriam sido abordadas, que tanto quanto sabe as zonas que ficam protegidas são mais fora da costa, pelo que não há pesca de proximidade, ou seja, não há conflito nessas zonas. Referiu que o Banco D. João de Castro, devido aos inúmeros estudos que se têm lá feito, também tinha alguma preocupação, no entanto também estão salvaguardadas. Mencionou que relativamente à constituição dos órgãos não se preocupou muito, porque é uma matéria muito mais política.-----

----- Ainda o **Senhor Conselheiro Fernando Sieuve de Menezes** acrescentou que acha que o documento, em termos gerais, é de salvaguarda, que o mesmo podia ser uma pequena plataforma para ajudar a fazer alguma coisa, uma vez que tudo o que a comunidade prevê está nele inscrito, pelo que, gostaria que o presente documento conseguisse produzir algum documento futuro que tivesse alguma força, no sentido de ajudar a que a nossa zona económica exclusiva aumentasse. Mencionou que pensa que o presente documento poderá vir a ajudar, porque obedece a todas as regras e porque há necessidade de proteger as zonas aqui à volta. Conclui dizendo que se o documento conseguir alavancar estas situações, parece-lhe que era extremamente importante.-----

----- De seguida, interveio o **Senhor Conselheiro José Manuel Pimentel Dias** para referir que quanto ao diploma em si não tinha nada a dizer, que a questão principal que se prende é com a aplicação prática do mesmo e como é que se vai proceder à fiscalização, sabendo que os recursos nesse domínio são escassos. Referiu, ainda, que ter um diploma bem feito, que não levanta problemas do ponto de vista político, se ele não puder ser, na prática, verificado, de pouco vai servir. Concluiu dizendo que ou se tem capacidade para fiscalizar e recursos para isso ou a região irá ser penalizada.-----

----- Posteriormente, interveio o **Conselheiro Senhor Roberto Monteiro** salientando que as questões levantadas têm alguma pertinência, na perspectiva da fiscalização. Referiu que meramente se vai emitir um parecer sobre o conteúdo do Decreto Legislativo Regional, nomeadamente ao nível do Parque Marinho dos Açores e explicou



CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

de quem é a competência para a fiscalização e que, tendo em conta o secretário da pasta em causa, sabe-se que o diploma não foi mexido meramente para transcrever legislação comunitária. Acrescenta que a componente da fiscalização deve constar como alerta no parecer do Conselho de Ilha, mas na perspectiva de que as entidades regionais, neste caso o Governo Regional, após a aprovação do presente diploma, também desenvolva as demais necessárias junto de quem de direito, mais concretamente da Marinha, para que aquilo que se está a aprovar também possa ser controlado. Referiu, ainda, que o facto de haver riscos, ou até desconfiança, quanto à capacidade de fiscalização, não deve ser, directamente, a ver com o próprio conteúdo do diploma, que defende os nossos recursos da melhor forma, sendo que a proposta faz exactamente isso, evitando qualquer situação de conflito, na perspectiva das actividades económicas desenvolvidas nessa zona. Concluiu dizendo que, na sua opinião, se deve aprovar, ou dar parecer favorável, ressalvando o aspecto dos cuidados a ter na perspectiva da fiscalização. -----

----- O **Senhor Presidente da Mesa** usou da palavra para agradecer referindo que a observação era oportuna no complemento da anterior intervenção. Acrescentou que na conversa que havia tido com o Sr. Secretário, ele havia manifestado exactamente essa ideia e que tudo havia sido feito em articulação com a Marinha, que representa o próprio órgão consultivo, portanto a autoridade marítima dos Açores também integra esse órgão e só assim é que faz sentido, ou seja, de nada valeria transcrever directivas comunitárias se efectivamente o aspecto prático do controle da fiscalização não existisse. Referiu que, em relação ao abuso de algumas frotas piscatórias de países conhecidos relativamente aos nossos mares, o controle agora é bem diferente, sendo que já se consegue fazê-lo à distância, através de meios muito mais eficazes. Relembrou que, em Dezembro, haviam aprovado os parques naturais da Ilha e que este é o Parque Marinho dos Açores, pelo que toda a zona referida pelo **Conselheiro Sieuve**, e que tem sido alvo de alguma especulação, tem a ver com a baía de Angra, com naufrágios, com muitos objectos que existem no fundo do mar, algumas até bastante valiosas e que tudo isto está salvaguardado pelo Parque Natural da Ilha Terceira, que contempla estas situações. Que tudo o que é importante fora das doze milhas e que está contido no presente diploma. Por fim, leu um esboço de um possível parecer e deixou à consideração dos Conselheiros, presentes, qualquer alteração que achassem conveniente fazer. -----

----- O **Conselheiro Senhor Paulo Ribeiro** referiu que, na sua opinião, o parecer a seguir deverá ser o apresentado e que acha importante vincar a posição quanto à fiscalização e até à operacionalização de tudo o que é proposto. Refere, ainda, que na sequência da intervenção dos **Conselheiros Pimentel Dias e Roberto Monteiro** a parte da fiscalização da operacionalização serão importantes e os pontos fundamentais do parecer em causa. -----

----- Em seguida interveio o **Senhor Presidente da Mesa** que leu uma alteração ao parecer, no que diz respeito à fiscalização e ao controlo permanente, de forma a operacionalizar tudo o que era proposto no diploma. De seguida questionou se mais alguém queria comentar o assunto em causa, não obtendo qualquer retorno, e informou que todos os Conselheiros iriam ter acesso ao parecer. -----

----- **Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.** -----

“A CRISE VISTA DO LADO DAS INSTITUIÇÕES”

----- O **Senhor Presidente da Mesa** fez uma breve explanação sobre o assunto. -----

----- O **Conselheiro Senhor Pimentel Dias** usou da palavra para partilhar um conjunto de preocupações, tais como, que a taxa de desemprego na Região está muito



CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

próxima dos dez por cento, conforme assinalado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional; que se continua sem saber a taxa de desemprego por ilha, logo não é conhecida a da Ilha Terceira, solicitando ao Sr. Presidente do Conselho de Ilha que diligenciasse, junto do membro do Governo que tutela a área ou do Serviço Regional de Estatística, que se conseguisse saber a referida taxa; que, recentemente, havia lido uma declaração, do Sr. Presidente da Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo, em que poderiam ser lançados quinhentos trabalhadores para o desemprego, no domínio da construção civil, pois se tal se confirmar será menos dinheiro a circular na Ilha e na Região; o facto da crise poder levar à diminuição do número de sindicalizados, o que tornará os direitos dos trabalhadores mais desprotegidos; o facto da diferenciação fiscal, entre os Açores e o Continente, passar dos trinta e vinte e cinco por cento para os vinte por cento, o que irá trazer consequências nos rendimentos de muitas famílias; a taxa de IVA entre os Açores e o Continente ir aumentar dois por cento, o que irá trazer aumentos em todos os bens; o facto de, a curto prazo, não se ver como é que estas situações podem ser resolvidas. -----

----- Ainda o **Conselheiro Senhor Pimentel Dias** mencionou que, na sua opinião, a Região irá ser fortemente afectada pelas novas políticas que se aproximam, sendo que muitas famílias já estão a ser afectadas com cortes no rendimento social de inserção e nos abonos de família. Acrescentou que com tudo isto junto o panorama não fica famoso, sendo que provavelmente não existem dados para dizer o que é que vai acontecer, mas que, do ponto de vista empírico, parece-lhe que muitos trabalhadores, que estão contratados a termo certo, vão ter dificuldades acrescidas porque não vão ver renovados os contratos. Por fim coloca uma questão, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, sobre qual é o panorama futuro que prevê em termos de contratação a termo. Conclui deixando uma recomendação, ou seja, que se saiba, do órgão competente regional, qual é a taxa de desemprego por ilha, mais concretamente na Ilha Terceira.-----

----- O **Conselheiro Senhor Roberto Monteiro** fez uma pequena introdução à sua intervenção, apresentando dois indicadores que são demonstrativos do que se está a passar actualmente, o primeiro diz respeito ao ano de mil novecentos e oitenta, em que vinte e cinco por cento do rendimento disponível, das famílias açorianas, era direccionado para poupança e o segundo diz respeito ao ano de dois mil e dez em que apenas quatro por cento deste rendimento tinha como destino a poupança. Acrescentou que, na sua leitura, este é um fenómeno muito induzido e provocado, que existe um conjunto de instituições privadas e públicas que condicionaram e orientaram esse comportamento, ou seja, as sociedades comportam-se conforme estigmas e os cenários que lhes dão, trazendo uma nova realidade que é, além dos pobres tradicionais, os novos pobres – famílias endividadas. Referiu que, na sua opinião, isto é um ponto de partida para se perceber onde é que estamos, tanto mais porque no âmbito da Semana Social, que decorreu, ficou claro que há necessidade de passar da fase do diagnóstico à fase da acção e que, em termos colectivos, nem as entidades públicas nem privadas o conseguiram.-----

----- Ainda o **Conselheiro Senhor Roberto Monteiro** referiu que ao nível dos investimentos públicos, não haverá grande impacto da crise, num prazo de um a dois anos, porque a grande maioria dos investimentos públicos, que estão a ser implementados, são co-financiados pelos fundos comunitários e explicou quais as consequências de não fazer os mesmos. Mencionou que é a nível das tesourarias municipais que o efeito da crise se faz sentir mais, não em termos de equilíbrio entre as receitas e as despesas, mas fundamentalmente ao nível da execução da receita, referindo



CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

como principal problema o não pagamento da componente de IRS que é devida. No que diz respeito às consequências, referiu que, obrigatoriamente, vão ter que, na elaboração do orçamento para dois mil e doze, vê-lo de uma forma muito mais ampla, devido à entrada do FMI e a algumas medidas, ou seja, ajustar algumas das despesas às receitas que passam a ter. Acrescentou que, em termos prioritários, existem áreas que irão tentar segurar ao máximo - a área da educação e a área social e outras que vão ter de cair. Referiu que, não tem dúvida que o reaprender a poupar tem de ser aplicado nas Câmaras, nas Associações e em cada uma das famílias, que a nível das Câmaras estas já perceberam, de alguma forma, o que é que se tem que fazer, sendo que nalguma das vezes ainda não conseguiram passar à acção; que ao nível do Associativismo, cultural, recreativo, etc., ainda não houve muito a percepção, porque ainda se assiste à entrada de direcções a pretenderem ampliar as instalações, ou seja, a terem comportamentos que não são compatíveis com o acesso aos meios; que a nível do acesso ao crédito, que lhe parece outra questão relevante na perspectiva das políticas de emprego, por mais voltas que se dê é difícil promover o investimento privado quando não se consegue ter acesso a crédito. Mencionou que o que está em causa é o facto de como criar emprego, que os jovens de hoje vão ter um período muito pior que qualquer uma das gerações anteriores, porque não existem empregos públicos para eles. Informou que, a Câmara Municipal da Praia da Vitória, não possui contratações a termo certo nem a recibo verde, que foi uma opção, ou seja, se precisam das pessoas recrutam, que foi o que foi acontecendo ao longo dos últimos anos, nem tem condições de abrir novas vagas sem ver como se operacionaliza esses indicadores, macro, que saíram a este nível. -----

----- Como nota final o **Conselheiro Senhor Roberto Monteiro** referiu que gostava que a nível público, particular, sindical, da própria sociedade civil, se ajuda-se a pensar em como é que se vai gerar emprego, quando há um autêntico ataque brutal à sociedade de consumo. Refere que, se o Estado não pode empregar, gostaria de deixar um apelo a que toda a discussão que houvesse de crise, para o futuro, fosse na perspectiva de como é que se sai daqui, porque ninguém tem as fórmulas mágicas, nem claramente o que vem da Troika vai resolver o problema, esta vai resolver o problema do endividamento mas não o do crescimento económico do país. Questionou sobre que estratégias, políticas, acções é que têm que tomar para combater o desemprego e criar emprego, que instrumentos, em termos públicos, vão ser desbloqueados para a empresa, como é que vai ser o comportamento da banca nesta perspectiva e, acima de tudo, dos jovens. Conclui dizendo que pensa que a discussão tem de ser sobre o que é que compete à parte pública fazer, aos sindicatos, à componente associativa e aos próprios jovens. -----

----- De seguida interveio o **Senhor Presidente da Mesa** para fazer um ponto de situação, ou seja, explicou o porquê da Mesa ter, propositadamente, deixado o **Conselheiro Roberto Monteiro** ultrapassar o seu tempo e que se mais algum membro quiser ultrapassar os dez minutos regimentais, a Mesa será favorável a essa situação. -----

----- O **Conselheiro Senhor Pimentel Dias** interveio para complementar o que havia sido dito pelo **Conselheiro Roberto Monteiro** e que, lhe parece que, a curto e médio prazo é um cenário para o que poderá vir a acontecer, que é o fluxo emigratório que irá acontecer, quer a nível Açores quer a nível País, pelo que a saída para o mercado de trabalho irá ser muito difícil. Acrescentou que as políticas têm que ser direccionadas para as realidades e que acha que a forma como se potenciou o acesso ao ensino superior é errada, ou seja, este devia ser facultado aqueles que tivessem maiores potencialidades, sendo que o acesso generalizado deveria ser ao ensino técnico, coisa que não existe. Mostrou a sua preocupação em relação ao futuro dos licenciados e referiu que acha que se tem de convencer, para além do poder político, empregados e empregadores a se



CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

sentarem à mesa e definir a forma como vão resolver este problema. Conclui dizendo que se tem que arranjar maneira de alterar este estado de coisa, ou seja, trabalhar muito e produzir para criar riqueza e postos de trabalho. -----

----- De seguida o **Conselheiro Senhor João Santos** usou da palavra para solicitar o estrito cumprimento do regimento, ou seja, nenhuma intervenção ultrapassar os dez minutos regimentais.-----

----- O **Senhor Conselheiro Paulo Ferreira** salientou que o tema em debate diz respeito a todos, que é de difícil abordagem e bastante preocupante. Referiu que, na sua intervenção, iria falar como cidadão e como empresário/empregador. Começou por dizer que lhe parece que a grande questão pela qual a Torika veio a Portugal, é a dívida pública portuguesa, culpando os vários governos, referindo que estes sempre gastaram mais do que aquilo que tinham. Acha que a classe política está um pouco desacreditada, sendo que o mesmo se traduz na abstenção verificada aquando dos últimos actos eleitorais. Como entidade patronal, referiu que às vezes se pergunta porque é que em Portugal o desemprego aumenta e não se criam empregos e porque é que há deslocação de empresas portuguesas para outros países onde a mão-de-obra é mais barata, chegando à conclusão que, com as novas leis em Portugal, é muito complicado ter empregados.----

----- Ainda o **Senhor Conselheiro Paulo Ferreira** mostrou o seu desagrado em relação ao pagamento dos subsídios de férias e de Natal, referindo que lhe agradaria muito mais que os mesmos fossem diluídos no vencimento anual e que estes pesam imenso nas impressas, fazendo com que só se empregue quando se estiver muito aflito por um empregado o que, conseqüentemente, gera desemprego. Referiu que concordaria, muito mais, que se aumentasse o ordenado mínimo e que o mesmo deveria ser revisto. Relativamente à agricultura, e falando como Presidente da Associação Agrícola, referiu que este é um sector que, lhe parece, que ainda se vai aguentando, que enquanto este quadro de apoio comunitário durar, com todos os projectos que estão aprovados, ainda vão segurando algumas empresas, sendo que o mesmo é até dois mil e treze e que depois disso não sabe o que pode acontecer. Conclui dizendo que concorda quando se diz que de deve pensar em como sair desta situação e referiu que quem colocou o país nessa situação ainda continua em pune. -----

----- O **Senhor Presidente da Mesa** usou da palavra para centrar um aspecto essencial, ou seja, que tinha pedido que cada Conselheiro focalizasse mais na óptica da sua própria instituição. -----

----- O **Conselheiro Senhor Rui Castro** interveio para falar como Presidente de Junta de Freguesia, dizendo que, em relação à crise, pensa que esta poderá se sentir em algumas Juntas de Freguesia que tem pessoas contratadas, que, felizmente, não são da franja das instituições que estão endividadas, até porque não o podem fazer, mas que, no entanto, são das mais apontadas como sendo das que se tem que reduzir. Reforça a ideia de que se tem que reaprender a poupar, a trabalhar e a auto-sustentar. No que diz respeito ao endividamento, acha que é necessário ver a presente realidade, gastar à medida das possibilidades existentes e perceber que um dia esta situação vai ter de parar, ou seja, os Governos não vão ter condições para sustentar a bola de neve que se tem vindo a criar. -----

----- O **Senhor Conselheiro Carlos Santos** usou da palavra para referir que, o tema em causa é muito transversal e actual. Referiu que a Câmara de Comércio está preocupada com a situação, porque se assiste a uma procura, por parte dos associados e da direcção da mesma que reflecte uma situação de aflicção, desespero, tristeza e falta de solução e enquadramento. Informou que, em dois mil e dez, a Câmara de Comércio produziu e entregou, ao Governo Regional, um documento com uma série de propostas



CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

para o aumento da competitividade da economia açoriana, que deverá ser feita através das empresas regionais. Acrescentou que, face às actuais situações, vêm com preocupação a hipótese de ser posta em causa alguma da autonomia que existe em relação à gestão das políticas públicas; que deveria existir uma reorientação da despesa pública, com a diminuição da despesa corrente, com a reorientação do investimento que tivesse um retorno mais imediato possível; uma maior aposta no sector privado, com o aumento do apoio aos investimentos, a diminuição dos encargos para as empresas com a taxa social única, eliminação dos pagamentos especiais de conta e diminuição do prazo do reembolso do IVA. Acrescentou que se deveria promover um melhor acesso privado ao financiamento e promover o fomento das actividades exportadoras. Falou na flexibilidade das leis laborais e explicou que quando as pedem é no sentido de criar emprego e não despedir e, falou ainda, no combate à economia paralela, referindo que o mesmo já tem anos e que a actividade da fiscalização está em florescimento. Concluiu dizendo que antes de se falar em política de emprego, tem que se falar em lucro, em condições para as empresas terem esse lucro, em as empresas serem saudáveis, pois só assim é que se pode criar emprego.-----

----- **O Senhor Conselheiro Fernando Sieuve de Menezes** começou a sua intervenção lembrado que estava a representar uma parte da agricultura, que era a agricultura hortofrutícola e a florícola das Ilhas Terceira e São Miguel. De seguida apresentou dois pontos que não concorda, sendo que ambos diziam respeito ao direito que um funcionário, que comece ao serviço, tenha, ao fim de seis meses, hipótese de gozo de férias, mais concretamente a vinte e dois dias, mais três, caso nunca tenha faltado ao trabalho. Referiu que é importante sentar à mesa para tratar de vários assuntos, que tem a ver com a empregabilidade. Acrescentou que, as empresas, vivem com essas dificuldades e que, como empresa que tem sazonalidade, é um problema sempre que se tem que despedir alguém, que dar às empresas condições para que elas possam trabalhar melhor é, de facto, reunir um determinado número de condições a nível de trabalho, de obrigações sociais e estatais. Referiu que ao se pensar em reestruturar, em função da presente crise, obras e outras situações, tem a ver com fazer as chamadas obras de proximidade, que são aquelas, que podem mais dar emprego às empresas locais, que tem trabalhadores locais e isso permite fazer com que o dinheiro fique localmente e provoque alguma circulação e algum mercado, pois se continuar a optar pelas grandes obras públicas, estas acaba e não resta nada. Acha que repensar estas situações é muito importante sendo que a nível das empresas e associados é difícil arranjar gente para trabalhar na agricultura, havendo factores que estão a contribuir e que são apoiados pelo poder político, como é o caso de algum rendimento mínimo. Acrescentou que, na agricultura, algumas políticas tem que ser repensadas e que a sazonalidade, na mesma, vai existir sempre, que o que se pode fazer é minorar muito mais esta situação, com outras políticas de distribuição e de apoios (de congregar que os processos de trabalho passem pelas organizações de produtores). Concluiu dizendo que existe, sempre, uma franja de importação que vai ser feita, uma para satisfazer o mercado fora de época e outra para alguma sazonalidade, que nunca será possível substituir na totalidade a importação, lembrando que também é importante ter um critério a nível da empregabilidade e dos apoios às famílias, fazendo com que a mão-de-obra, para trabalhar, seja encontrada. -----

----- **O Senhor Conselheiro Paulo Ribeiro** iniciou a sua intervenção felicitando, a Mesa, pela escolha do tema (pela pertinência e pelo período em causa) e sugeriu que o mesmo fosse debatido com a sociedade civil. Referiu, que pensa, estarmos perante uma crise de cidadania muito grande, e que a cidadania tem a muito a ver com a participação



CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

das pessoas no processo de construção da sociedade, de consciencialização pública e dos decisores públicos. Acrescentou que a mentalidade/filosofia que o dinheiro há-de chegar para tudo e que alguém há-de pagar, é que está na base de muito do que se vive, que é preciso que a sociedade civil tenha uma maior participação, até para se aperceber que existem dificuldades e que o mundo não é tão bonito como aquilo que pensamos ou que nos fazem crer que é. Falou ainda num outro aspecto que, do seu ponto de vista, é muito delicado, que é a reorganização administrativa, acrescentou que provavelmente será um tema a debater, não só pela sua delicadeza como também, mais do que questões económicas e financeiras, vai mexer com questões de natureza histórica, social e paixões que existem. Referiu que acha que são questões que se tem que ter muita atenção, porque as medidas que se aproximam são, essencialmente, de protecção aos credores, mas que existem coisas que vão mexer com a vida de todos e que não se podem ignorar, que as referidas medidas tem que unir o país para se tentar construir um país melhor, dando o exemplo da Alemanha.-----

----- O **Senhor Presidente da Mesa** usou da palavra para felicitar a anterior intervenção, referindo que a mesma havia sido bastante interessante, pedagógica e muito útil, até como contraponto a ideia de que a presente temática poderia servir, numa altura pré-eleitoral, apenas para falar mal dos governos, do país e da classe política em geral. Felicitou, assim, a sua corajosa e oportuna intervenção, no sentido moderador, conciliador do que se pretende para o país que é, realmente, pôr as forças políticas e produtivas a unirem-se e a falarem para darem um destino e um rumo ao país.-----

----- O **Senhor Conselheiro Pimentel Dias** interveio para dizer que o mapa administrativo de Portugal, e também dos Açores, vem da primeira metade do séc. XIX, mil oitocentos e trinta e quatro, de Mouzinho da Silveira e que, na sua opinião este tem de ser reflectido e há que saber se, o existente, serve as necessidades do país e dos Açores. Acrescentou que acha que não é possível termos mais de quatro mil freguesias, que a maior parte delas não têm dinheiro para viverem ou sobreviverem, limitando-se a, praticamente, passar atestados de residência e pouco mais e que muitas só sobrevivem graças aos dinheiros das delegações de competência dos municípios. Referiu, ainda, que muitas freguesias têm trabalhadores a trabalhar de forma ilegal, estão lá porque os municípios transferiram dinheiros e que quando estes as cortarem o que é que vão fazer aos trabalhadores que têm ao seu serviço. Conclui dizendo que, na sua opinião, não é possível ter este número de municípios e de freguesias, que o presente modelo tem de ser revisto.-----

----- O **Senhor Presidente da Mesa** interrompeu, o **Conselheiro Pimentel Dias**, para colocar a questão se este teria conhecimento da existência de alguma iniciativa regional para uma eventual redução de municípios ou freguesias, acrescentou que esta é uma temática que sabe que tem sido abordada a nível nacional e que apenas coloca a questão a título de curiosidade.-----

----- O **Senhor Conselheiro Pimentel Dias** responde que não conhece e que a haver teria de partir das próprias freguesias e do debate público, ou seja, não deve ser tabu, reforçou a ideia de que se tem que debater este assunto. Respondeu, ao **Conselheiro Fernando Sieuve de Menezes**, que o problema não está nas férias mas sim nas pessoas, quererem trabalhar, esclarecendo o número de dias de férias a que os mesmos têm direito e ao fim de quanto tempo, e a entidade empregadora criar condições adequadas para tal.-----

----- O **Conselheiro Senhor Rui Castro** usou da palavra para acrescentar um dado oficial do primeiro Encontro Regional da ANAFRE, que foi realizado em Angra do Heroísmo, ou seja, os valores que esta pesa no Orçamento de Estado são zero virgula um



CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

por cento, englobando as senhas de presença dos membros das Assembleias de Freguesia. Esclareceu que os valores recebidos e gastos pelas pessoas que fazem parte das juntas e assembleias de freguesia e que não está contra uma reorganização do mapa administrativo de Portugal e dos Açores, nem contra a extinção de algumas freguesias, mas sim contra a extinção de freguesias rurais, que sem a sua Junta de freguesia não têm nada que as defenda. Informou que ninguém está numa Junta de Freguesia pelos valores que se ganham e que, também, concorda quando se diz que existem Juntas de Freguesias que pouco mais fazem do que passar atestados de residência e que não tem conhecimento de que a Associação Nacional de Freguesias nem a Regional estão contra a reorganização do mapa, estando sim contra a erradicação, pura e simples, das freguesias. Finalizou dizendo que este tem de ser um tema amplamente discutido e não tão linear, como se tem vindo a ler na comunicação social. -----

----- O **Conselheiro Senhor Roberto Monteiro** usou da palavra para colocar uma questão/lançar um desafio ao **Senhor Conselheiro Carlos Valadão**, ou seja, se existe algum estudo sobre o que se importa e a que custos, referiu que acha que é importante se saber, estes dados, dos vários sectores para se tentar perceber se existe algum em que seja possível ser competitivo a produzir, nem que fosse para o mercado interno. Concluiu dizendo que a câmara de Comércio era a entidade indicada para promover e até fazer um estudo aprofundado dessa matéria. -----

----- O **Conselheiro Carlos Valadão** respondeu que, ao longo do tempo, têm tentado trabalhar este tema com o Governo Regional, porque não existe documento nenhum sobre a balança comercial dos Açores, e que têm dito e referido que isso é fundamental para se poder tirar as necessárias conclusões. -----

----- O **Conselheiro Fernando Sieuve de Menezes** interveio para informar que em mil novecentos e noventa e três/noventa e quatro, ainda se fazia o controlo de todos os produtos hortofrutícolas que entravam, por causa dos problemas de sanidade, explicou os procedimentos que ocorreram e informou quais os valores obtidos, referentes a produtos frescos importados. Informou que, no ano passado, aquando do Conselho Regional de Agricultura, houve a possibilidade de levar o Dr. Paulo Neves, da InSCO, sendo que o mesmo forneceu dados reais, referentes à Terceira, com base nisso e nos grandes importadores de São Miguel e no Guarita, mas com os volumes de negócios a existentes a apontarem para mais do que falaram, por isso não é por acaso que se fala em vinte milhões, há uma franja que nunca poderá ser substituída, pois mesmo com custos um pouco mais elevados na produção cá, ela cria emprego e melhora as condições sociais, referiu que têm a possibilidade, com políticas desenvolvidas e orientação de algumas verbas, criar processos de entendimento. Finalizou dizendo que os últimos dados que recebeu de importação, das duas lojas da Ilha Terceira, de pimentos, de Outubro de dois mil e nove a Março de dois mil e dez, passa das quinze toneladas. -----

----- O **Senhor Presidente da Mesa** referiu que se havia começado por falar na crise e que se ia acabar a falar na reflexão do modelo de desenvolvimento da região, que de resto já leva alguns anos. Referiu que uma das especializações que se apontou foi o da monocultura da vaca e que cada vez mais tem sido a opção do modelo económico açoriano. Apontou que é uma temática muito interessante e que, posteriormente, se pode voltar a ela, porque os números também são impressionantes. Mencionou que a reflexão sobre a balança comercial da região era importantíssima, que todos têm a noção de que há um potencial de produção e de consumo a nível de produtos hortícolas e frutícolas. Lembrou que a especialização evoluiu, referiu algumas diferenças que existem actualmente e que, a Mesa, irá registar a sugestão do **Conselheiro Paulo Ribeiro**, ou seja, debater com a sociedade civil o tema da crise e outros. Apontou que, devido aos



CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

anos de mandato, é bom mudar as pessoas, pelo que tem insistido em outras iniciativas, outras pessoas, outras organizações para dinamizarem efectivamente o Conselho. Concluiu deixando à consideração a hipótese de trazer, ao Conselho, algum governante e nalgum diploma específico, para esclarecer eventuais dúvidas que possam existir, pois sendo um acontecimento inédito não era intenção da Mesa tomar a decisão sem consultar todos, esclareceu, ainda, que a ideia é a pessoa apenas esclarecer o tema e nada mais.--

----- Por fim agradeceu a colaboração de todos os Conselheiros presentes e deu-se por encerrada a reunião, pelas 12:45 horas, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Senhor presidente da Mesa do Conselho de Ilha da Terceira. -----

O presidente da Mesa

António Gabriel Fraga Martins Maio